



D. Manuel Clemente, Cardeal-Patriarca

É um grande júbilo podermos contar com um novo Cardeal português na Cúria. E, como afirmou o Papa Francisco, não se trata de uma honra, mas de um reconhecimento e de uma responsabilidade.

É esse serviço que devemos invocar, como sinal para o futuro. Num tempo de incertezas são os sinais de justiça que devem ser invocados. E é de bom augúrio que o novo Cardeal Patriarca de Lisboa, D. Manuel, faça do seu programa pastoral uma caminhada sinodal, considerando a importância fundamental da colegialidade, da partilha de responsabilidades e da convergência comuni-



POR
**Guilherme
d'Oliveira
Martins**

Presidente do Tribunal de contas. Membro do conselho editorial de Nova Cidadania

tária. Esse é o caminho que tem de ser prosseguido com muita exigência.

Importa recordar o muito que o novo Cardeal tem pensado sobre Portugal e os portugueses. E é bom que oiçamos essa reflexão e que lhe possamos dar sequência. «O povo português naquilo que vai fazendo, que vai perdendo, que vai ganhando, mostra uma grande capacidade de se refazer» (diz D. Manuel). «Não digo que seja um caso único, mas é um caso muito interessan-

te. Não é por recorte geográfico (não temos nenhum, estamos integrados nessa grande unidade que é a Península Ibérica). Nem por recorte étnico (que também não temos, somos uma grande mescla de aportações, daqui e dacolá). Do ponto de vista genético, não temos grande originalidade. Nem do ponto de vista dos recursos naturais (também não tivemos nada por aí além). Nada nos fadava para sermos uma entidade autónoma e tão resistente ao longo de tantos séculos». Em entrevista a Anabela Mota Ribeiro («Jornal de Negócios», 2012), D. Manuel Clemente faz como os homens da Igreja que se não limitam a visitar fórmulas gerais e conhecidas, procurando tirar as lições necessárias da história imediata. Trata-se, sim, de nos refazermos a partir de quem somos realmente. Sentimos ecos das palavras dos Padres António Vieira e Manuel Bernardes, que se centraram na realidade de carne e osso, de quem somos, nem povo escolhido nem povo enjeitado, nascidos neste rincão ou espalhados no mundo, perdendo ou ganhando, vocacionados para as várias moradas que se nos vão oferecendo...

«Temos uma nacionalidade assumida em termos de sentimentos básicos e de mitos coletivos. Facilmente nos reencontramos às vezes fora daqui». Quando encontramos alguém no estrangeiro, português, «imediatamente estamos a contar histórias comuns, como se fôssemos da mesma família». E é este sentido de proximidade, de familiaridade, de convivalidade que devemos aprofundar, no sentido em que a nossa cultura se foi enriquecendo também pelas raízes cristãs. Espalhados pelo mundo, procuramos que a cultura da paz seja vivida de facto. Jaime Cortesão falou do papel fundamental do franciscanismo no nosso humanismo universalista. Agostinho da Silva invocou a nossa espiritualidade na utopia das festas do Espírito Santo e no culto da Senhora do Ó. Na magnífica tradução que Manuel de Lucena fez das «Moradas» de Santa Teresa de Jesus, encontram-se muitas preocupações que nos são familiares, explicando Teresa de Jesus «o que pensa que Nosso Senhor quer ao fazer à Alma tão altas mercês e como é preciso que Marta e Maria andem sempre juntas», sendo muito proveitoso». E em vendo a cultura contemporânea,



percebemos bem como esta compreensão nos pode levar ao entendimento de quem somos na relação com os outros...

As interrogações têm pelo menos mil anos. Quem somos, como povo? Que relação temos com Portugal? E se essa relação é normalmente difícil, a verdade é que nos deparamos a cada passo com a comparação histórica, com distância geográfica dos centros, com o confronto entre as ilusões e as desilusões, com a ironia e o remorso. Afinal, a questão que temos connosco próprios, de que falava Alexandre O'Neill, começou por ser garantia e definição e prosseguiu entre restaurações e perdas, em ciclos de euforia e de depressão, de sucesso e de decaimento. E no entanto a nossa matéria-prima continua a ser a mesma. Veja-se do nosso autor, «Portugal e os Portugueses» (Assírio e Alvim, 2008). «Olhamos Portugal como uma personalidade coletiva portadora de uma alma, no sentido romântico do termo, ainda que referido a algo muito anterior ao Romantismo». E que é o Romantismo senão o tentar reviver tempos imemoriais? Povo eleito? Povo enjeitado? O Padre Vieira compreendeu bem esse conflito íntimo. E, como

diz ainda o nosso autor, a «relação que mantemos com esse gostoso e custoso coletivo vem na esteira de um outro povo, que se descobriu eleito e portador de uma missão universal». Ourique e o seu milagre (1139) têm como berço teórico Santa Cruz de Coimbra – «A partir da profecia de que se fundaria um reino tão imortal como a sua origem e com idêntica projeção religiosa». E ainda há a sucessão de acontecimentos que passa pela promessa dionisíaca, pela afirmação joanina, pela ambição dos Altos Infantes, pela visão do Príncipe Perfeito, pelo maravilhoso cristão de Camões, pela ilusão sebástica, pela Restauração profética do Padre António Vieira e, por fim, pelo ouro e pela dissolução da nação antiga. E passámos a viver (se não vivíamos já, como mostraram Gil Vicente e Sá de Miranda) «geralmente mal connosco próprios, por nos acharmos sempre alguém do que teríamos sido ou do que poderíamos ser...». E há nisto (prossegue ainda D. Manuel Clemente) «algum auto-ressentimento independentemente da nossa extração religiosa ou não-religiosa. Todos nos embebemos de um Portugal que não achamos».

E há a referir a nossa relação com a geografia – estranha biografia geográfica de um continente em miniatura que somos, com mil influências e que nos

permite entender as diferenças. Afinal, somos criados a partir da diferença – diferença de povos vários, diferença de paisagens variegadas, língua de várias culturas. E os dois episódios que o autor conta do emigrante parisiense que continuava a manter um quintal lusitano e do bispo de Cochim (donde saímos há 400 anos) que guardava religiosamente a memória portuguesa (como vi com emoção, também) dão-nos bem conta de como somos abertos (e sedentos delas) às inesperadas diferenças, aventuras, descobertas, achamentos, o que quisermos... Leia-se, aliás, *Pero Vaz de Caminha*... Será capacidade de adaptação ou de compreensão? Mais do que aceitar, somos capazes de recriar. “Fruto mole na casca e duro por dentro”. Somos assim. António José Saraiva tem razão. Tudo junto contribuiu (com a geografia e a história à mistura) para construirmos e reconstruirmos o novo sobre o velho, com o tecido da saudade, como lembrança e desejo e como “delicioso pungr de acerbo espinho”. E será a poesia sinal de reconhecimento? Aqui teremos de usar cautelas especiais, pois a poesia também é cíclica – desde os trovadores aos romancistas, até Sá de Miranda e Camões, a Antero, Cesário, Camilo Pessanha, Pessoa, até chegar a Ruy Belo, Ruy Cinatti, Sophia ou José Tolentino Mendonça. Mas cuidado, a poesia vem e vai, conforme abrimos ou fechamos o nosso coração. Mas é verdade que “quando nos relacionamos bem com Portugal, fazemo-lo com um país mais sentimental do que mentalmente definido, como se a espuma das ondas nos toldasse a visão”. E Camões soube entender esse maravilhoso no curso histórico (Ourique, Batalha, Índia) – como o tinham feito Fernão Lopes ou D. Duarte, mas antes deles S. Teotónio e os cónegos de Santa Cruz de Coimbra, de depois deles Bernardim e Garrett. E onde estamos representados? Nos Painéis de Nuno Gonçalves ou na ca-

ricatura de Rafael Bordalo Pinheiro? E se virmos bem estamos nos dois lugares e nas duas atitudes – veja-se as cidades até ao século XVIII: nobreza e plebe coexistem no mesmo espaço citadino. E o certo é que “vamos andando, apesar de tudo. E muito à portuguesa, ‘depois se verá’, o que também é já um saber de experiência feito”. Oiçamos, aliás, o velho do Restelo e o seu aspeto venerando...

Que é a cultura portuguesa senão esta curiosíssima simbiose: de transporte e de fixação, de presente e de futuro, de esperança e de resignação? Mas, no fundo, o grande tema é o do fatalismo do atraso ou da condenação da distância. E é aqui mesmo que sentimos a tensão forte entre o destino e a razão, entre a vontade e o conformismo, entre o sentimento e a determinação. Maria de Lourdes Belchior costumava falar de um certo anticlericalismo, muito cristão. Os últimos séculos contribuíram para essa mentalidade, que não perturba o «Portugal mental», onde a razão liga o sentido crítico e o sentimento. Herculano fala de uma Igreja nacional, desenvolve a ideia de uma emancipação religiosa, que hoje deve ser lida à luz da exigência de uma superação da religiosidade conformista e conservadora, lembrada a propósito da confusão arcaica entre poder espiritual e poder secular. Os temas sucedem-se, naturalmente, como as cerejas. Ao anticlericalismo e ao clericalismo contrapõe-se a liberdade religiosa. E assim ganha um sentido novo a interpretação atualista da existência de um “povo eleito”. Esse povo eleito vive confrontado com o paradoxo da vontade e do destino, da determinação e do fatalismo. O certo é que a religiosidade dos tempos históricos vai exigindo sempre a serenidade da ponderação de diferentes elementos culturais – saudade, sebastianismo, o “fia-te na Virgem e não corras”... – tudo isso vai construindo uma identidade complexa e aberta,

na qual a religião aparece como fator de ligação (re-ligare) e de coesão, mas sempre considerando a racionalidade crítica. E à medida que procuramos sinais de maturidade, vamos encontrando uma coexistência desdramatizada e serena entre o espírito e a razão, entre a fé e o sentido crítico. Leia-se o ensaio “O culto de Nossa Senhora da fundação à restauração da nacionalidade” e poderá compreender-se melhor a afirmação do templo por excelência do Espírito Santo. E talvez se entenda melhor, desde os alvares da nacionalidade, o espiritualismo agostiniano, joaquimita, franciscano (veja-se Jaime Cortesão), a ânsia de descoberta da natureza e da novidade, o entendimento dos valores no feminino. Releiam-se as “Cantigas de Santa Maria” de Afonso X, o Sábio, escritas em galego português, e entenda-se a humildade glorificada. E neste Portugal Finisterra, onde a terra acaba e o mar começa, temos ainda de encontrar a realidade ribeirinha. O mar é o símbolo, ponto de união e sinal de fecundidade na pesca milagrosa. E aqui encontramos ainda o “ideal viajante” – de que Portugal é paradigma – Porto, porta, oportunidade... Paulo Orósio dialoga com Santo Agostinho e desenha o nosso código genético cultural. E relemos de novo as Viagens de Marco Pólo, em busca do Presbítero João, o cristão desconhecido que se procura descobrir... “Assim partimos, navegamos e regressamos, para voltar a partir. A história cristã escreve-se sobre as águas e simboliza-se nelas. E o sulco que abriu no mar é ainda o sulco por abrir”. E de Europa ainda se fala, como lugar de encontros e de diferenças, não como “clube cristão” no sentido excluyente, mas “inspirando-se no exemplo de Cristo”, garantindo a todos (cristãos e não cristãos) “o lugar consistente de encontro e projeto”...

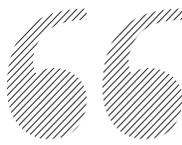
Como considerar o fenómeno religioso, a partir de relações saudáveis entre o sagrado e o profano, numa sociedade na qual coexistem elementos paradoxais, que envolvem a distância ou a recusa em relação à religião, mas também uma evidente dificuldade em lidar com o vazio que resulta da indiferença reinante? Leia-se “1810-1910-2010 Datas e Desafios” (Assírio e Alvim, 2009). Afinal, a dignidade humana exige a liberdade religiosa, não encarada de forma defensiva, mas como fator positivo



D. Manuel Clemente faz como os homens da Igreja que se não limitam a visitar fórmulas gerais e conhecidas, procurando tirar as lições necessárias da história imediata

de criatividade e de emancipação. E cabe lembrar que a palavra religião conduz-nos à ideia de coesão (re-ligare) mas também à exigência de reflexão (re-legere). Num texto de grande densidade e nitidez, exatamente sobre a cristandade e a secularidade, o autor procede a uma análise da evolução das relações entre Deus e César desde os primórdios do cristianismo, passando pela transição, durante o Império, de religião perseguida ou tolerada a religião imperial, seguindo-se a cristandade medieval, as perspectivas contemporâneas da liberdade religiosa e os caminhos abertos pelo Concílio Vaticano II. “A secularidade, a consistência do mundo é assim e antes de mais objeto do respeito por parte do cristão, que nela aceita a própria realidade e consistência da criação, herança comum e inquestionável de todos os homens, crentes e não-crentes. Mais: é nessa secularidade que o homem se salva, enquanto cumpre o seu destino concriador, começando pelas coisas mais imediatas e comezinhas”. E isto tem de ser entendido no seio de uma sociedade aberta e pluralista. Afinal, se para o cristianismo o mistério da encarnação nos conduz à valorização da vida concreta e do compromisso, a partir da dignidade da pessoa humana, a liberdade religiosa permite a compreensão de que há vários caminhos e várias moradas e que a secularidade permite compreendê-lo e assumi-lo melhor, como fulcro para que Cristo seja “diante de cada pessoa um apelo constante à consciência, despertando-a, formando-a e reformando-a, mas nunca coagindo e ultrapassando”.

Interrogando-nos sobre a cultura portuguesa, não podemos deixar de pensar nos “milenarismos” e na importância do Espírito, e importa não esquecer a influência de Joaquim de Flora, do franciscanismo, da ideia judaica de povo escolhido ou das reminiscências que vêm dos mitos do “Desejado” e do “Quinto Império” de Vieira. D. Manuel Clemente situa o tema nos seus justos termos. E encontra um movimento, de Hegel, Schelling a Comte e «tutti quanti», em que “o Espírito / espírito se foi desligando de Cristo e da Igreja, para se ligar ao homem e à humanidade, como afirmação própria e progresso geral”. Mas, é indispensável distinguir a ambiguidade que está em causa, pondo de um lado o pensamento enraizado e o compromisso social, e do



«(...) O português é um tipo excelente». Não. Não é para autocomprazimento que isto se lembra. É como sentido de responsabilidade e de caminho, com exigência e determinação

outro o corpo místico e o sentido profético - e procurando entender as interinfluências entre ambos. Pegando no “aggiornamento” de João XXIII e no “reformismo conciliar”, podemos, aliás, encontrar, citando Étienne Fouilloux, cinco aspectos, com repercussões para além das fronteiras eclesiais: restauração das fontes da fé cristã (sobretudo a Escritura); recentramento da mensagem em torno de Cristo; modificação da apresentação da Igreja como Povo de Deus, rumo à salvação (em lugar de uma sociedade hierárquica, desigual e perfeita); abertura ao diálogo com cristãos não-católicos, com religiões não cristãs e com não-crentes; e apresentação de várias maneiras de exprimir a fé. E o magistério de João Paulo II (um Papa “na última fronteira”) merece ser referido, até pela importância do En-

contro de Assis de 27 de Outubro de 1986 (e das suas consequências e aprofundamentos), com elevado conteúdo profético, ainda não plenamente compreendido. Uma bela invocação!

E Portugal? D. Manuel tem insistido na necessidade de compreender que a nossa suposta “capacidade de adaptação” não pode fazer-nos esquecer as nossas próprias raízes e especificidades. Uma coisa é a capacidade de nos enriquecermos em contacto com os outros, outra diferente é descaracterizarmo-nos... E recorda que “as leituras providencialistas da história portuguesa são tão antigas como a própria nacionalidade”. Basta percorrermos a nossa cronologia para vermos a ilustração disso. E, sem abusivas intromissões ou confusões, do que se trata é de entender o seguinte: “quando a nossa consciência comunitária venceu em Aljubarrota as leis da sucessão senhorial e se manifestou na geografia da expansão e na arte dos painéis de S. Vicente, também a história de Portugal começou a buscar em Deus a chancela que o nosso primeiro rei procurara mais prosaicamente no reconhecimento papal”.

«O que Portugal tem de melhor são os portugueses. E isso não desilude. Não desiludiu na minha infância dos anos 50 e continua a não desiludir hoje. O português é um tipo excelente». Não. Não é para autocomprazimento que isto se lembra. É como sentido de responsabilidade e de caminho, com exigência e determinação. Nem melhores nem piores do que outros. Somos nós mesmos! Com limitações e tentações, com excessos e falhas. Santo António teve de ir pregar aos peixes, porque lhe virámos as costas. E, em momentos cruciais, lá fomos percebendo que era para nós que ele ia falando, cuidando das diferenças dos peixes, grandes e pequenos, dóceis ou agressivos, vorazes e vítimas... E voltando à relação entre Marta e Maria - é esse o grande apelo deste tempo e de sempre. Contemplação e ação! Reflexão e intervenção! Glória e Justiça! D. Manuel recebeu o barrete cardinalício e agora prossegue a sua caminhada pastoral, sendo tempo de saudar as dimensões cívica e religiosa do seu ministério... Como diz o Salmo 36: «in lumine tuo videbimus lumen». ■